

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I – ASPECTO MATERIAL OU: QUAL VONTADE?	29
1. Dimensão	30
1.1. Vontade como estado mental (vontade subjetiva)	30
1.1.1. <i>Seis objeções pertinentes</i>	32
1.2. Vontade como manifestação (vontade objetiva).....	37
1.2.1. <i>Expressa ou Circunstancial</i>	38
1.2.2. <i>Formal ou informal</i>	39
1.2.3. <i>Institucional ou Não Institucional</i>	40
1.2.4. <i>Cinco objeções pertinentes</i>	41
2. Natureza.....	45
2.1. Vontade individual	45
2.2. Vontade coletiva.....	49
3. Teorias	52
3.1. Subjetiva	52
3.2. Sugestiva.....	54
3.3. Objetiva.....	55
4. Conclusões parciais e tomada de posição	57
CAPÍTULO II – ASPECTO SUBJETIVO OU: QUAL LEGISLADOR?	61
1. Aspecto subjetivo	62
1.1. Legislador como pessoa.....	63
1.2. Legislador como grupo ou coletividade	67
1.3. Legislador como instituição.....	71
2. Dimensão temporal	75
2.1. Legislador histórico	75
2.2. Legislador atual.....	76
3. Dimensão factual	78
3.1. Legislador real	78

3.2. Legislador ideal.....	79
5. Conclusões parciais e tomada de posição	83
CAPÍTULO III – ASPECTO PROBATÓRIO OU: VONTADE COM BASE EM QUÊ?	85
1. Objeto	88
1.1. Gênese da fonte.....	88
1.2. Votação da fonte.....	90
2. Documentos legislativos.....	94
2.1. Proposições	96
2.2. Justificativa ou Exposição de Motivos	98
2.3. Excurso: O dever constitucional de justificativa legislativa	100
2.4. Pareceres	103
2.5. Discussão e deliberação.....	105
2.6. Destaques	108
2.7. Votos.....	109
3. Documentos externos ao Poder Legislativo.....	111
3.1. Medidas Provisórias.....	111
3.2. Mensagem de Veto.....	112
4. Procedimento	113
5. Sete objeções pertinentes.....	114
6. Conclusões parciais e tomada de posição	117
CAPÍTULO IV – ASPECTO TEMPORAL OU: VONTADE DO LEGISLADOR QUANDO?	121
1. Momento da produção.....	122
1.1. Conteúdo	122
1.2. Originalismo	123
1.3. Intencionalismo.....	127
1.4. Originalismo semântico	127
2. Momento da aplicação.....	130
2.1. Conteúdo	130
2.2. Interpretação evolutiva	131
3. Atualização da vontade do legislador	136
3.1. Interpretação autêntica e leis interpretativas	136
3.2. Alterações meramente formais	137
3.3. Nova lei sem modificação textual.....	137
4. Excurso: O silêncio do legislador.....	138
5. Conclusões parciais e tomada de posição	139
CAPÍTULO V – ASPECTO JUSTIFICATIVO OU: VONTADE DO LEGISLADOR COM QUE PESO?	143
1. Critérios determinantes da relevância do argumento genético	144

1.1.	Dúvida sobre o conteúdo normativo do dispositivo	144
1.2.	Clareza sobre a vontade	146
1.3.	Meio de manifestação da vontade	146
1.4.	Momento da manifestação da vontade	147
1.5.	Elementos expressos na vontade	147
1.6.	Referibilidade e pertinência com o caso	148
2.	CrITÉRIOS determinantes do grau de aplicabilidade do argumento genético	148
2.1.	Constituição e lei.....	148
2.2.	Relação com os direitos fundamentais	150
2.3.	Estado e particulares	150
2.4.	Situações consolidadas e modificação.....	151
3.	Reconstrução do argumento genético com base nos materiais legislativos	152
3.1.	Material legislativo único e diversos argumentos	152
3.2.	Cadeia de materiais legislativos e argumento único.....	153
3.3.	Material legislativo único e argumento único	154
3.4.	Materiais legislativos diversos e argumento genético único	155
3.5.	Relações de preferência na reconstrução de argumentos genéticos	155
4.	Conteúdo do argumento genético	156
3.1.	Argumento genético-semântico (intenção semântica).....	156
3.2.	Argumento genético-finalístico (intenção teleológica)	158
3.3.	Argumento genético-sistemático (intenção sistemática).....	159
3.4.	Argumento genético-aplicativo (intenção subsuntiva)	160
5.	Regras de prevalência argumentativa	161
5.1.	Prevalência do argumento genético	162
5.2.	Concorrência do argumento genético	163
5.3.	Detrimento do argumento genético	165
6.	Racionalidade na vontade do legislador ou história do direito?	167
7.	Conclusões parciais e tomada de posição	168
	CONCLUSÕES	171
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183